

O PAPEL DO COOPERATIVISMO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

THE ROLE OF COOPERATIVISM IN STRENGTHENING FAMILY AGRICULTURE

Dr. Jorge Luiz Amaral Moraes ¹

Me. Patricia Ines Schwab ¹

Recebido em: 14/06/2019
Aceito em: 09/07/2019

jmoraes12@gmail.com

Resumo: As cooperativas são organizações que atuam com vistas ao fomento do processo de desenvolvimento regional e local. O presente estudo tem como objetivo analisar o papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática, usando as bases de dados do Directory of Open Access Journals, SciELO, Periódicos Capes e Google Acadêmico. Integram esta revisão 21 artigos científicos. Os resultados abordam duas questões principais: a primeira diz respeito à atuação das cooperativas como meio para o produtor rural comercializar a sua produção e, assim, ter acesso também aos mercados institucionais; a segunda, enfatiza o cooperativismo como forma de promover a sucessão familiar rural.

Palavras-chave: Cooperativas. Agricultura familiar. Mercados institucionais. Sucessão rural.

Abstract: Cooperatives are organizations that work to promote the process of regional and local development. The present have as the object to analyze the role of cooperativism in strengthening family agriculture. For this purpose, a systematic bibliographic review have been used the databases of the Directory of Open Access Journals, SciELO, Periódicos Capes and Google Scholar. This review includes 21 scientific articles. The results direct two main issues: the first is about the cooperative activities as a means for the rural producer to commercialize its production and thus also have access to institutional markets; the second emphasizes cooperativism as a way of promoting rural family succession.

Keywords: Cooperatives; Family farming; Institutional Markets; Rural Succession.

¹ Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara – Rio Grande do Sul – Brasil.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar brasileira passou por profundas mudanças decorrentes da reestruturação produtiva no modo capitalista de produção que, mediante os avanços tecnológicos, tem promovido a desigualdade e a exclusão social. Os empreendimentos da agricultura familiar fazem parte do sistema agroindustrial, localizando-se entre o mercado de insumos e o de processamento, distribuição e comercialização, fazendo com que o produtor rural tenha que se defrontar com as complexidades do negócio que envolvem também fatores econômicos, políticos, legais, sociais, naturais, competitivos e tecnológicos.

Desse modo, o cooperativismo desempenha função central na dinâmica de funcionamento de cadeias agroindustriais. Sua influência nas atividades de financiamento, produção e comercialização dos seus cooperados é largamente conhecida e estudada. É um sistema fundamentado na união de pessoas que buscam suprir necessidades e desejos compatíveis. Têm por fundamento os valores da participação, democracia, solidariedade, independência e autonomia, fazendo do cooperativismo uma alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes.

As cooperativas são organizações fundamentadas nos princípios cooperativistas e, por este motivo, operam com uma lógica distinta das demais sociedades. As cooperativas são organizações que desempenham um importante papel no contexto socioeconômico, na medida em que atuam apoiando seu desenvolvimento, principalmente das pequenas propriedades rurais, onde juntas reúnem forças para ganhar destaque e espaço no mercado competitivo.

As cooperativas trazem formas de solução de ajuda mútua entre pessoas que têm interesse ou anseios em comum, criando oportunidades de trabalho e funciona como um motor de negócios a partir da sua influência nas atividades de financiamento, produção e comercialização dos seus cooperados (ANDRADE; ALVES, 2013). Assim sendo, o cooperativismo objetiva uma forma de organização das atividades socioeconômicas, onde juntos e cooperando as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito, evidenciando a geração de emprego, distribuição de renda e o desenvolvimento local.

Do campo às grandes cidades, as cooperativas atuam em diversos setores da economia. Dentre os diferentes ramos existentes de cooperativas, cabe destacar às cooperativas agropecuárias. Formando hoje o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro e com maior número de cooperativas, 1.555 cooperativas, abrangendo um total de 188.777 empregados e 1.016.606 associados (OCB, 2018). As cooperativas de produtores rurais desempenham papel fundamental na melhoria da distribuição de renda na zona rural, uma vez que podem promover e agregar valor aos produtos agrícolas e aumentar o poder de barganha do produtor rural em mercados relativamente complexos.

Frente ao exposto, esta revisão dentro da temática do cooperativismo e da agricultura familiar buscou uma resposta a uma questão derivada de uma possível relação entre o cooperativismo e a agricultura familiar. Por isso, o objetivo principal do estudo foi analisar o papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar a partir das contribuições advindas de pesquisas publicadas sobre o tema. O artigo inicialmente apresenta os procedimentos metodológicos adotados na

pesquisa. Em seguida se discorre sobre o cooperativismo agropecuário, a agricultura familiar e a importância do movimento cooperativista para o setor agrícola de base familiar, com base nos artigos que integram esta revisão sistemática de literatura. Por fim, relatam-se as conclusões do estudo.

2. METODOLOGIA

A pesquisa descritiva e de abordagem predominantemente qualitativa foi conduzida mediante a técnica de revisão sistemática. Esta corresponde a uma revisão planejada a fim de responder a uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes a determinado tema, e para coletar e analisar os dados dos estudos incluídos na revisão (CASTRO, 2001).

A pesquisa dos artigos foi realizada mediante a busca eletrônica nas bases de dados Directory of Open Access Journals (DOAJ), SciELO, Periódicos Capes e Google Acadêmico, sendo utilizados três critérios de inclusão para que o estudo integre esta revisão, são eles: (i) Conter a expressão “cooperativismo” ou “cooperativas” no título; (ii) Conter a expressão “agricultura familiar” em qualquer parte do trabalho; e (iii) Ser artigo científico. Foi utilizado também um critério de exclusão, o qual exclui: (i) Artigos publicados em periódicos Qualis C ou em periódicos que não possuem extratos Capes na área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia. Não foram estabelecidas restrições quanto ao ano de publicação dos trabalhos.

Em um primeiro momento, foram encontrados 191 artigos que satisfizeram os critérios de inclusão. Feita uma primeira triagem a partir da leitura dos títulos restaram 89 publicações. Após a uma segunda triagem por meio da leitura dos resumos restaram 40 estudos. Por fim, com a aplicação do critério de exclusão, 21 artigos integram esta revisão sistemática de literatura.

A maior parte das publicações estão concentradas nos anos de 2016 e 2017, somando 43,5% dos artigos selecionados, indicando que houve um aumento no interesse pelo estudo do tema, o que evidencia o reconhecimento da pertinência do mesmo. No que se refere a localidade da realização das pesquisas, com a aplicação dos critérios delineados, se obteve somente publicações brasileiras integradas a esta revisão. A partir do destaque brasileiro em pesquisas dessa temática, se fez importante identificar em qual região do Brasil se tem o maior número de pesquisas realizadas. A região Sul lidera este ranking com aproximadamente 61% dos trabalhos publicados.

3. O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

Cooperativas agropecuárias ou agroindustriais, na visão de Crúzio (2005, p.14) “são formadas por produtores que atuam no campo, objetivando a comercialização da produção de seus associados, o beneficiamento e a revenda diretamente ao mercado consumidor”. Sob esta mesma ótica, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (2018) enfatiza que as cooperativas de produtores rurais, são aquelas cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se

pelos serviços oferecidos aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social.

A discussão acerca do cooperativismo agrário se faz pertinente pela sua forte conexão com a agricultura familiar, principalmente no Sul do Brasil. Farias e Espíndola (2016) abordam a conjuntura econômica vivenciada pelo Brasil a partir da década de 1980, a qual alterou o dinamismo econômico e a espacialização territorial e geográfica do cooperativismo. Grandes cooperativas Paranaenses e Catarinenses expandiram suas filiais para outras regiões do país, com o interesse de explorar a base produtiva de grãos que os estados de outras regiões ofereciam. A partir da década de 1980 houve aceleração de implantação de projetos de reestruturação produtiva e econômica do setor agropecuário, passando a viver períodos de ascensão do cooperativismo com aumento do consumo da produção das cooperativas.

Uma cooperativa deve promover também atividades relacionadas às questões sociais, que melhoram a qualidade de vida de seus cooperados. Essas atividades, porém, não devem se restringir somente aos associados, mas também, agregar esposas, filhos e demais familiares (ROSA; SILVA, 2010). No que se refere a sucessão rural, Freitas et al. (2009) enfatizam que para além do retorno financeiro, as cooperativas devem desenvolver estratégias de permanência dos agricultores no campo, as quais precisam ser condizentes com uma nova forma de organização e mobilização da agricultura familiar, ampliando também as possibilidades e oportunidades, principalmente na medida em que as políticas para o desenvolvimento rural passaram a priorizar estratégias voltadas diretamente para a agricultura familiar, como por exemplo o acesso aos mercados institucionais, PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Peixoto (2008) discute a cooperativa atuando em rede com outras instituições no intuito de elevar a renda da pequena propriedade agrícola mediante a inovação, representada tanto pelo biodiesel como pela ação em rede, uma vez que a produção de biodiesel na agricultura familiar demanda empenhos institucionais diversos, sendo necessárias pesquisas agronômicas e tecnológicas, e o desenvolvimento da produção e comercialização por meio do cooperativismo. Atuar em rede é atribuir a todos os elos participantes o mesmo peso e poder, as redes se distinguem pela ausência de hierarquia e pelo seu funcionamento não possuir núcleo centralizador. De todo modo, qualquer que seja a estrutura e o modo de funcionamento da rede e/ou de uma cooperativa, ela, para existir, precisa compartilhar esforços em torno de interesses comuns a todos os participantes.

Estevam et al. (2011) apresentam um modelo inovador e diferenciado de se difundir o cooperativismo, as cooperativas virtuais. Modelo alternativo de cooperação, quando comparadas ao modelo tradicional, as cooperativas virtuais não necessitam de investimentos em instalações e equipamentos, pois cada cooperado utiliza a sua própria propriedade rural e a cooperativa tem o papel de legalizar a produção desses agricultores. O estudo enfatiza que a ideia da criação da primeira cooperativa de Santa Catarina nos moldes do cooperativismo virtual e não patrimonial surgiu a partir da percepção das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais em comercializar sua produção.

Então, teve início a busca, objetivando a criação de uma cooperativa que possibilitasse aos produtores legalizar sua produção, comercializar livremente e o desenvolvimento de atividades que

prezem pela defesa, incentivo e promoção da produção agroindustrial familiar. Constituída no ano de 2004, a cooperativa promove o desenvolvimento sustentável das famílias rurais, tanto dos seus associados quanto da comunidade em que estão inseridos, por meio da produção, industrialização e comercialização de diversos produtos. Os resultados apontam que o cooperativismo virtual desenvolvido em contraposição ao cooperativismo tradicional reduziu as assimetrias entre os agricultores e o mercado. Além disso, o cooperativismo virtual tem sido considerado um meio para a legalização da atividade, ao reduzir custos aos associados e proporcionar a divulgação conjunta da produção, o interesse comum, a compra de matéria-prima coletivamente, a melhoria da qualidade dos produtos comercializados e o aumento das vendas e das sobras.

4. A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, no entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 1999). A agricultura familiar pode ser compreendida como forma de organização produtiva, a qual leva em consideração as necessidades e objetivos da família, onde gestão e trabalho são fatores intimamente relacionados. Ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho na propriedade.

A agricultura familiar contribui na oferta de alimentos para os lares brasileiros, onde que cerca de 80% dos alimentos consumidos regularmente são oriundos da agricultura familiar, Zenaro, Schiochet e Gelinski Junior (2017), buscaram analisar o cooperativismo como alternativa de desenvolvimento social e econômico do segmento. Os resultados seguem a mesma visão dos artigos já discutidos, sendo que o acesso dos associados aos meios de produção permite elevar a renda, a cooperativa promove uma agricultura diversificada e a adequação da produção ao meio rural, fortalecendo um conjunto de propriedades sustentáveis, permitindo a valorização do território, fomentando a inovação e a tecnologia, resultando em melhorias da qualidade para aumentar a competitividade.

O artigo de Schubert e Niederle (2011) volta a discutir a questão da inserção dos agricultores familiares no mercado, discutindo as transformações em curso na cadeia do leite e os desafios demandados ao cooperativismo de pequeno porte para ampliar seu espaço em um mercado cada vez mais competitivo e oligopolizado, onde grandes empresas e cooperativas estão expandindo seus capitais e aumentando o controle sobre o mercado leiteiro. O ingresso de muitos agricultores na atividade de produção do leite se deu devido à exclusão de outras cadeias produtivas (carnes e fumo) em virtude da alta especialização e investimento que as mesmas exigem.

A firmação da agricultura familiar nesse mercado se dá devido a classe se organizar em cooperativas, de crédito e de comercialização, que auxiliam os produtores na adequação às novas exigências sanitárias e disponibilizam investimentos em tecnologias de produção. Os autores ressaltam que, “apesar de um contexto absolutamente adverso em termos de mercado, a agricultura familiar tem encontrado meios para fazer frente aos imperativos técnicos e econômicos definidos pelos novos impérios alimentares” (SCHUBERT; NIEDERLE, 2011, p. 211). A agricultura familiar é

capaz de contrapor à linguagem única do lucro, articulando formas inovadoras de organização produtiva e institucional, com vistas às questões econômicas, sociais e ambientais.

5. A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Conhecer as cooperativas primeiramente sob a ótica dos agricultores foi importante para o delineamento dos resultados da pesquisa de Karnopp, Fabris e Dalcin (2014). As finalidades do estudo se resumem em conhecer a atuação das cooperativas agrícolas familiares, diagnosticar a atual organização das cooperativas e suas relações com a agricultura familiar, além de analisar os modelos de gestão.

Em consonância com outros artigos já mencionados, a maioria das cooperativas pesquisadas surgiram com a necessidade de organização e comercialização da produção com vistas a permanência das famílias na agricultura, a necessidade de melhorias da renda e a diversificação da produção agrícola familiar por meio do desenvolvimento de novas cadeias de produção. Contudo, o estudo de Karnopp, Fabris e Dalcin (2014) traz para discussão um novo elemento, a integração das cooperativas com a sociedade em um cenário regional. “A integração acontece de forma direta, através da comercialização dos produtos no mercado regional e pela participação em feiras, exposições, pontos de atendimento e pelo fornecimento dos produtos para programas sociais” (KARNOPP; FABRIS; DALCIN, 2014, p. 152). Os autores afirmam também que cooperativas consolidadas a partir dos movimentos sociais e discussões de base familiar mostraram melhor organização e contribuíram para a sustentabilidade dos cooperados, por meio da geração de renda, melhora das condições de vida e promoção da inclusão social dos associados.

Do campo às grandes cidades, as cooperativas atuam em diversos ramos da economia e da sociedade, as cooperativas de crédito como instituições potenciais ao desenvolvimento da agricultura familiar são o objeto do estudo de Cazella e Berriet-Sollicec (2010). As principais operações de crédito agrícola provem do crédito rural das linhas custeio e investimento via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). De modo geral, a linha custeio é utilizada para custear as despesas da produção agrícola e pecuária, já a linha investimento se destina a financiar atividades para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural. Os autores evidenciam que a presença de uma cooperativa de crédito nas comunidades rurais aumenta de maneira significativa a captação dos recursos financeiros pelos agricultores, modernizando e viabilizando a propriedade com vistas a melhorar as condições de trabalho e, por conseguinte, tornam o empreendimento atrativo, estimulando a permanência de jovens no campo.

5.1 A Contribuição das Cooperativas no Acesso aos Mercados Para Comercialização da Produção Familiar

A promoção do desenvolvimento local por parte da agricultura familiar é resultado das parcerias e articulações constituídas pelo produtor rural. As cooperativas são parceiras fundamentais

na comercialização da produção, com destaque para o acesso aos mercados institucionais, como o PAA, buscando garantir o escoamento da produção, a geração de renda para as famílias e a segurança alimentar nas escolas que receberão os produtos. Como contrapartida e para o crescimento organizacional da instituição, se faz necessário, o envolvimento dos sócios nas ações da cooperativa, estes devem ter clareza do papel por elas desempenhado junto ao cooperado. Dessa forma, foram estabelecidas três linhas de ações estratégicas como foco de atuação da cooperativa: organização e formação dos cooperados; capacitação da diretoria na gestão da cooperativa; e, análise das alternativas de comercialização (FREITAS et al., 2009).

O trabalho de Estevam, Salvaro e Busarello (2015) também enfatiza os espaços de produção e comercialização de agricultores familiares, por meio de cooperativas rurais, onde se constatou que a comercialização é realizada em feiras e nos mercados institucionais. Em consonância com estudos anteriores, a cooperativa tem o papel de regularizar o caráter informal da comercialização da produção agrícola dos pequenos produtores rurais, os quais vivenciam problemas de acesso aos mercados, oportunizando também o acesso as políticas de compras governamentais.

Quanto aos desafios que inviabilizam a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar, destacam-se a inspeção sanitária e questões tributárias, principalmente quando a venda ultrapassa o território local. O artigo em questão traz para o debate um termo em discussão na atualidade acerca da temática dos mercados da agricultura familiar, as cadeias curtas. Com isso, parte da população passou a ter a oportunidade de acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, onde se pode reduzir os custos de transição ao aproximar o produtor do consumidor, tornando possível ao consumidor conhecer a origem dos produtos.

Dando ênfase aos mercados institucionais, o trabalho de Costa, Amorim Junior e Silva (2015) teve como objetivo analisar as principais dificuldades que as cooperativas enfrentam para acessar as políticas de compras governamentais, PNAE e PAA. Apesar das oportunidades que os mercados institucionais oferecem para a agricultura familiar e instituições ligadas ao setor, como diversificar e escoar a produção, alternativa de geração de renda e possibilidade de inclusão produtiva, existem questões relacionadas à assistência técnica, adequação sanitária, gestão e logística que impedem as cooperativas de acessar essas políticas nos grandes centros.

Em nível local, o consumo e circulação dos alimentos provindos do PAA e PNAE é considerável. No entanto, nas cantinas das escolas públicas, nos grandes centros urbanos os produtos ainda não chegam com relevância, o que é considerado um gargalo na comercialização destes alimentos. Isto porque “as organizações que prestam assistência técnica ainda não conseguem atender em sua plenitude as demandas apresentadas” (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015, p. 120), e quanto à adequação sanitária, a legislação sanitária tem se mostrado incompatível com a realidade dos empreendimentos, favorecendo grandes empresas agroalimentares. No que se refere à gestão e logística, as limitações se encontram no transporte da propriedade rural até o destino final, enfrentando estradas de terra, o transporte dos produtos processados que podem exigir condições especiais para serem transportados e os locais de armazenagem também não são considerados adequados.

As cooperativas são organizações que desempenham um importante papel no contexto das pequenas propriedades rurais, onde juntas reúnem forças para ganhar destaque e espaço no mercado competitivo. O estudo de Andrade e Alves (2013) evidencia que os agricultores familiares buscam o fortalecimento da atividade produtiva por meio da diversificação da produção, agregando maior valor aos produtos, tendo acesso ao mercado e com isso tornam-se competitivos. Contudo, esbarram em aspectos como a falta de incentivos do poder público, de recurso financeiro, qualificação técnica e escassez de mão de obra. A cooperativa abordada na pesquisa é considerada uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico das famílias destes pequenos agricultores, principalmente pela possibilidade de vender sua produção para as escolas públicas, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O estudo de Ferko et al. (2016) analisa a percepção dos cooperados em relação aos serviços prestados por uma cooperativa da agricultura familiar, uma vez que estas são apontadas como estratégias de desenvolvimento local e rural. Os resultados se assemelham aos estudos já citados, onde os cooperados relatam que aderiram à cooperativa com vistas a comercialização da produção, na expectativa de melhorar sua condição de vida e renda na propriedade. Importante destacar que 97% dos entrevistados se dizem satisfeitos com a cooperativa. Esta trabalha em prol do desenvolvimento regional, uma vez que busca ampliar o mercado da comercialização dos produtos para além da atuação local.

5.1 O Papel do Cooperativismo na Difusão da Sucessão Familiar Rural

Um estudo realizado por Rosa e Silva (2010) aponta para um envelhecimento no quadro de associados da cooperativa em questão no estudo, onde observou-se que 51,76% têm acima de 60 anos. O envelhecimento dos associados, além de afetar negativamente o progresso da agricultura, prejudica também as cooperativas agrárias. Entretanto, se observou que a cooperativa não desenvolve atividades voltadas para esta questão, sendo que poderia desenvolver eventos culturais e cursos que despertassem nos filhos dos associados o interesse em permanecer na Cooperativa, e mais que isso, em participar ativamente de suas atividades e com isso ter a propriedade rural e a Cooperativa como um projeto para seu futuro. No entanto, tem-se um cenário em que grande parte dos filhos já não permanecem na atividade agrícola e, o mesmo acontece nas expectativas de muitos pais, que não imaginam os filhos na propriedade, assim a obrigação familiar de permanecer com os pais perde força, alterando dessa forma o antigo modelo de sucessão familiar.

O estudo de Estevam et al. (2011) traz também dados importantes que vem a corroborar com a pesquisa de Rosa e Silva (2010) no que diz respeito ao envelhecimento no quadro de associados da cooperativa. A maioria dos cooperados da cooperativa virtual encontrava-se na faixa etária dos 41 aos 50 anos, verificando-se a baixa participação de jovens no quadro de sócios da cooperativa e a elevada idade dos associados, o que remete a um dos principais problemas do rural brasileiro, a sucessão familiar rural.

Logo, para Drebes e Spanevello (2017) as cooperativas agropecuárias buscam contribuir com as famílias associadas para a consolidação de processos sucessórios nos empreendimentos de

agricultura familiar, uma vez que uma sucessão familiar consolidada é também garantia para uma nova geração de agricultores associados à cooperativa. O estudo visou analisar as contribuições das cooperativas agropecuárias para a sucessão nos estabelecimentos agropecuários familiares, e para isso elencou algumas ações desenvolvidas pelas cooperativas agropecuárias com vistas à sucessão na agricultura familiar, são elas:

- Núcleo de jovens: envolve uma série de ações sociais, como recreações, esportes, oficinas, teatros, concursos de beleza (com o intuito de valorizar as moças rurais, e ações voltadas ao âmbito econômico, como cursos profissionalizantes e palestras técnicas, entre outras;
- Formação técnica agropecuária: concessão de bolsas de estudo aos filhos de cooperados interessados na formação de Técnico Agropecuário, fomentando a escolarização dos jovens rurais;
- Líderes mirins: ação voltada à valorização do trabalho na agricultura e da vida no meio rural através do cooperativismo envolvendo crianças e adolescentes, filhos de cooperados, mobilizados através de atividades lúdicas;
- Novas gerações: visa nomear os futuros sucessores dos estabelecimentos rurais. Essa ação é desenvolvida em módulos temáticos com o intuito de estimular a integração dos jovens ao trabalho na agricultura e enfatizar a discussão da temática.

A relação cooperativa e cooperado é discutida por Fariña, Bertolini e Meneghetti (2017) e Santos, Rodrigues e Medina (2017), ambos tratam do desafio de cooperativas de agricultores familiares em serem competitivas no mercado e solidárias junto a seus cooperados. As cooperativas representam uma alternativa para o fortalecimento das relações sociais no campo. A competitividade de uma cooperativa tem como base sua própria gestão, a gestão das propriedades de seus cooperados e sua capacidade de produzir benefícios para o quadro social. Partindo destes pressupostos, a ênfase maior é dada a gestão dos empreendimentos rurais, uma vez que o problema da gestão é evidente, havendo poucos controles financeiros e desconhecimento dos resultados reais, podendo comprometer a sustentabilidade da propriedade, e em seguida um possível abandono da atividade rural, impactando direta e negativamente a cooperativa.

Boessio e Doula (2017) buscaram compreender como é percebido, pelas famílias cooperadas, o incentivo por parte das cooperativas para com os processos sucessórios nas propriedades de seus cooperados e o envolvimento familiar e juvenil nas atividades da instituição. A importância da organização cooperativa para o desenvolvimento das atividades nas unidades familiares de produção se evidencia pela assistência técnica e comercialização da produção. No entanto, a questão da sucessão familiar não é discutida e trabalhada por meio das ações da cooperativa. Os cooperados destacam de forma negativa o envolvimento da cooperativa no que diz respeito aos processos sucessórios, a qual não realiza atividades específicas a fim de incentivar a sucessão familiar. Neste caso a cooperativa realiza reuniões, dias de campo e capacitações que visam a participação da família associada. Contudo, os autores mencionaram a oferta de bolsas de estudo e a existência de um grupo de jovens na cooperativa, porém com pouca adesão por parte dos jovens rurais.

Outra discussão pertinente a esta temática é apresentada por Leite e Batalha (2016), o papel das cooperativas brasileiras na disseminação de práticas agrícolas sustentáveis. O desenvolvimento

rural sustentável representa uma alternativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua perpetuidade. Neste sentido, se evidenciou que as cooperativas têm promovido ações para estimular os produtores às práticas agrícolas mais sustentáveis, como estímulos financeiros a adoção de tecnologias sustentáveis, por meio de créditos e preços diferenciados, e iniciativas de divulgação e promoção da sustentabilidade, por meio dos dias de campo, palestras, manuais e cartilhas para orientação. No entanto, ainda encontram dificuldades na difusão dessas práticas junto aos seus cooperados.

Nesta perspectiva, se apresenta o estudo de Engel, Almeida e Deponti (2017), que buscou analisar a dinâmica da inserção da agricultura familiar na perspectiva de uma cooperativa que se auto intitula como ecologicamente sustentável. Esta surge mobilizada por um pequeno grupo de citricultores que tinham por objetivo permanecer no campo e produzir de forma saudável, sustentável, socialmente justa e economicamente viável. Assim, fizeram a transição de suas propriedades da agricultura convencional para a orgânica. Atualmente contam com uma Usina de Compostagem de Resíduos Agroindustriais para o fornecimento de composto orgânico, contam com um pavilhão para produzir óleos essenciais orgânicos e o processamento de sucos orgânicos. A usina passou a produzir também o biogás, uma fonte de energia limpa e renovável. Tais atividades apontam um exemplo de cooperativa ecologicamente sustentável.

O estudo de Botelho et al. (2016) relata a experiência das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, onde as principais linhas de atuação dos empreendimentos incubados são a Economia Solidária, Cooperativas e Agricultura Familiar. Desse modo, se pode verificar a integração da extensão universitária, ensino, pesquisa e cooperativismo, capaz de promover melhorias na vida da população, atuando na disseminação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes populares, propiciando assim, o desenvolvimento da região em que atuam.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma revisão sistemática que integra contribuições acerca das relações estabelecidas entre cooperativismo e agricultura familiar. A busca de artigos se deu através das bases de dados Directory of Open Access Journals (DOAJ), SciELO, Periódicos Capes e Google Acadêmico, sendo feita a seleção de 21 artigos de estudos brasileiros.

Para além do retorno monetário, as cooperativas podem ser consideradas instituições capazes de agir estrategicamente na promoção da permanência dos agricultores no campo e condizem com uma nova forma de organização e mobilização da agricultura familiar, ampliando também as possibilidades e oportunidades, principalmente na medida em que as políticas para o desenvolvimento rural passaram a priorizar estratégias voltadas diretamente para a agricultura familiar.

Se destaca o papel fundamental das políticas públicas no desenvolvimento rural, em especial da agricultura familiar, evidenciando as políticas de acesso as compras governamentais. Sob esse enfoque, as pesquisas sobre a construção de mercados e a inserção dos produtores em cadeias mercantis estão entre as mais difundidas atualmente no meio rural, com destaque para as cadeias

curtas. Estas objetivam a aproximação do produtor com o consumidor, eliminando os intermediários, tornando possível ao consumidor conhecer a origem dos produtos e integrando o produtor rural ao mercado de comercialização da produção.

Em suma, pode se constatar que a importância econômica e social das cooperativas no contexto atual está pautada em uma perspectiva de contribuição na dinamização da agricultura familiar, onde desenvolvem atividades diferenciadas e importantes para o fomento dessa classe trabalhadora, com vistas ao desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C.. Cooperativismo e Agricultura familiar: Um Estudo de Caso. Revista de Administração IMED, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p.194-208, dez. 2013. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/374/367>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M.. Sucessão Familiar e Cooperativismo Agropecuário: Perspectivas de Famílias Cooperadas em um Estudo de Caso no Triângulo Mineiro. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 15, n. 40, p.433-458, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5858>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

BOTELHO, L. L. R. et al. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: atuando a partir da extensão universitária. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, Florianópolis, v. 9, n. 4, p.189-205, dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2016v9n4p189/33201>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

CASTRO, A. A. Revisão Sistemática e Meta-análise. In: GOLDENBERG, S.; GUIMARÃES, C. A.; CASTRO, A. A. (Ed.). Elaboração e Apresentação de Comunicação Científica. São Paulo: Metodologia.org, 2001. p. 1-11. Disponível em: <<http://www.usinadepesquisa.com/metodologia/wp-content/uploads/2010/08/meta1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAZELLA, A.; BERRIET-SOLLIEC, M. O papel das cooperativas de crédito na territorialização das políticas de apoio à agricultura familiar: o caso do movimento cooperativo no estado de Santa Catarina-SC. Geosul, Florianópolis, v. 26, n. 50, p.83-106, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2010v26n50p82/19303>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 53, n. 1, p.109-126, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v53n1/0103-2003-resr-53-01-00109.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CRÚZIO, H. O. Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. Holos, v. 2, n. 33, p.360-374, ago. 2017. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4210/pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

ENGEL, V.; ALMEIDA, G. G. F.; DEPONTI, C. M. AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DAS COOPERATIVAS RURAIS: o caso da Ecocitrus. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 34, n. 1, p.59-81, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/26293/13926>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ESTEVAM, D. O.; SALVARO, G. I. J.; BUSARELLO, C. S. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. *Interações, Campo Grande*, v. 2, n. 16, p.289-299, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v16n2/1518-7012-inter-16-02-0289.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ESTEVAM, D. O. et al. Cooperativismo virtual: O Caso da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (COOFANOVE), em Santa Catarina. *Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília*, v. 28, n. 2, p.485-507, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/13304/7497>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

FARIAS, F. R.; ESPÍNDOLA, C. J. O cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil a partir da conjuntura econômica dos anos 1980: alteração territorial de seu centro dinâmico. *Geosul, Florianópolis*, v. 31, n. 61, p.227-248, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2016v31n61p227/31916>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

FERKO, G. P. S. et al. Cooperativismo na Agricultura Familiar em Boa Vista-RR: um estudo da percepção dos cooperados da Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos – COOPERCINCO. *Revista de Administração de Roraima - RARR, Boa Vista*, v. 6, n. 3, p.752-770, dez. 2016. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/adminrr/article/view/4063/pdf_1>. Acesso em: 26 abr. 2018.

FREITAS, A. F. et al. O Cooperativismo Popular como Forma de Organização da Agricultura Familiar. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis*, v. 6, n. 8, p.110-119, dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2009v6n8p110/11542>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. Os alicerces sociopolíticos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília*, v. 51, n. 3, p.433-453, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n3/v51n3a02.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

KARNOPP, E.; FABRIS, A. J.; DALCIN, V. O. Cooperativas da agricultura familiar: o caso das cooperativas do território médio alto Uruguai e sua contribuição para o desenvolvimento regional. *Ágora, Santa Cruz do Sul*, v. 16, n. 1, p.134-155, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/5278/3818>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

LEITE, A. E.; BATALHA, M. O. Agricultura Sustentável e Cooperativismo: quais ligações possíveis?. *Interciencia, Caracas*, v. 41, n. 10, p.660-667, out. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/339/33947690002/>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

MENEGHATTI, M. R.; FARIÑA, L. O.; BERTOLINI, G. R. F. Relação entre a cooperativa e cooperado na agricultura familiar: a busca pela sustentabilidade econômica dos produtores de leite. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade, São Paulo*, v. 7, n. 1, p.108-126, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1176/pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. O que é cooperativismo. 2018. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PEIXOTO, R. C. D. A Rede Paraense de Agricultura Familiar e Biodiesel. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, Belém*, v. 3, n. 3, p.375-384, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v3n3/v3n3a07.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ROSA, C. I. L. F.; SILVA, O. H. Sucessão familiar e cooperativismo: o caso da cooperativa Cooperval. *Nupem, Campo Mourão*, v. 2, n. 2, p.177-187, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/129/104>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SANTOS, M. P.; RODRIGUES, J.; MEDINA, G. Cooperativismo em Goiás: como equalizar competitividade e solidariedade?. *Interações, Campo Grande*, v. 18, n. 4, p.31-42, out./dez. 2017.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n4/1518-7012-inter-18-04-0031.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SCHUBERT, M. N.; NIEDERLE, P. A. A competitividade do cooperativismo de pequeno porte no sistema agroindustrial do leite no oeste catarinense. IDeAS, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.188-216, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://r1.ufrj.br/cpda/ideas/ojs/index.php/ideas/article/view/102>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar: Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

ZENARO, M.; SCHIOCHET, V.; GELINSKI JUNIOR, E. Cooperativismo como alternativa de fortalecimento da agricultura familiar: a cooperativa de pequenos agricultores de Videira e Iomerê. Unoesc&Ciência, Joaçaba, v. 8, n. 1, p.33-40, jan./jun.2017. Disponível em: <<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/12768/pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.